

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.076.987 - SP (2017/0069754-3)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : COLEGIO BANDEIRANTES LTDA**  
**ADVOGADOS : CRISTINA MORAES SLEIMAN E OUTRO(S) - SP234349**  
**ANDREIA CRISTINA DOS SANTOS - SP323453**  
**AGRAVADO : FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.**  
**ADVOGADOS : ANDRÉ ZONARO GIACCHETTA E OUTRO(S) - SP147702**  
**MATHEUS CHUCRI DOS SANTOS - SP328424**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Ação de obrigação de fazer (bloqueio e fornecimento de dados eletrônicos) - Decisão que concedeu antecipação de tutela, para bloqueio do compartilhamento de conteúdo, além de varredura e exclusão do material em rede social, com informação de dados pessoais de usuários que inseriram e compartilharam informações confidenciais da autora e seus alunos, em rede social (facebook) e em aplicativo de conversa (WhatsApp), em 24 horas, sob pena de multa - Inconformismo - Acolhimento em parte - Pertinência subjetiva da agravante, à luz da teoria da asserção, para responder em nome do aplicativo WhatsApp - Sob cognição sumária, a justificativa da agravante, quanto à necessidade de indicação específica sobre a localização do conteúdo cuja remoção se pleiteia, diz com limitação técnica, que inviabiliza o cumprimento da ordem - Sem a indicação dos grupos específicos e dos perfis dos usuários da rede social, a pretensão de rastreamento é abstrata e genérica, além de tangenciar pretensão de censura - Em relação ao aplicativo de conversa, as regras comuns de experiência indicam que o gerenciador do serviço não arquiva dados - Decisão reformada - Recurso provido em parte.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos artigos 2º, II, V e VI; 3º, I, IV e VIII, da Lei 12.965/2014.

Assim posta a questão, observo que o recurso especial não merece trânsito.

Com efeito, a jurisprudência do STJ, em regra, é contrária ao cabimento de

recurso especial para rever decisão que defere ou indefere a antecipação de tutela.

Confira-se:

PROCESSO CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL POR SUPOSTA AFRONTA AO ART. 273 DO CPC. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 735/STF. SÚMULA 7/STJ.

1. Esta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF (Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa. Precedentes.

3. Ainda que cabível, em tese, o recurso especial, seria imprescindível o reexame do contexto fático e probatório dos autos para a verificação dos pressupostos ensejadores da tutela antecipada, providência inviável nesta instância em face da Súmula 7/STJ, conforme a jurisprudência pacífica desta Corte.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(RCDESP no Ag 741981/MA, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe de 28.10.2010)

E análise do recurso quanto à presença dos requisitos da antecipação de tutela também depende de reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula nº 7 do STJ e afasta eventual aparência do bom direito.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora